

AMÉRICO DE CAMPOS (1875-1984)
FRANCISCO RAMEL PESTANA (1875-1890)
JULIO MESQUITA (1885-1927)
JULIO DE MESQUITA FILHO (1915-1969)
FRANCISCO MESQUITA (1915-1999)

LUIS CARLOS MESQUITA (1952-1970)
JOSÉ VIEIRA DE CARVALHO MESQUITA (1947-1988)
JULIO DE MESQUITA NETO (1948-1996)
LUIS VIEIRA DE CARVALHO MESQUITA (1947-1997)
RUY MESQUITA (1947-2013)

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
PRESIDENTE
ROBERTO CRISTINA MESQUITA
MEMBROS
FRANCISCO MESQUITA NETO
JULIO CESAR MESQUITA
LUIS CARLOS ALENCAR
RODRIGO LARA MESQUITA

DIRETOR PRESIDENTE
FRANCISCO MESQUITA NETO
DIRETOR DE JORNALISMO
EURÍPEDES ALCANTARA
DIRETOR DE OPINIÃO
MARCOS GUTERMAN

DIRETORA JURÍDICA
MARTANA UEMURA SAMPAIO
DIRETOR DE MERCADO ANUNCIANTE
PAULO BOTELHO PESSOA
DIRETOR FINANCEIRO
SERGIO MALGUEIRO MOREIRA

NOTAS E INFORMAÇÕES

A Rainha de Copas do STF



Ao mandar investigar Elon Musk após ter sido alvo de suas críticas, o ministro Alexandre de Moraes reforça o caráter arbitrário dos inquéritos sobre 'fake news' e milícias digitais

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes determinou que o empresário Elon Musk, dono da rede social X (antigo Twitter), fosse incluído no rol de investigados no longo e vasto inquérito das "milícias digitais". O crime que Musk teria cometido virou pecado capital por estas bandas: ele criticou as ordens de Moraes para suspender contas de bolsonaristas no X e afirmou que reativaria essas contas – o que ainda não fez. Só isso, basicamente. Mas foi o que bastou para irritar o mer-

curial ministro Moraes – cada vez mais parecido com a Rainha de Copas, a célebre tirana do País das Maravilhas que mandava cortar a cabeça de todo mundo que a contrariava.

No fim de semana passado, Musk foi ao X para desfiar críticas à atuação do STF. Suas baterias se voltaram particularmente contra Moraes, a quem Musk acusou de "trair descarada e repetidamente a Constituição e a população do Brasil". Além disso, o empresário ainda afirmou que Moraes pratica "censura agressiva" e faz "as exigências mais draconianas do mundo" à sua empresa.

De fato, são críticas duras. Mas daí vai uma distância continental até que se possa vislumbrar que Musk teria cometido crimes tão graves a ponto de ensejar a abertura de outro inquérito contra ele, este exclusivamente para investigar se o empresário, com suas postagens, cometeu "obstrução de justiça, inclusive em organização criminosa" e "incitação ao crime", como alega o sr. Moraes. Seria risível, não fosse tão perigoso para o País o fato de um único ministro do STF se arvorar em leão de chácara da democracia no País.

Esse episódio só reafirma o caráter arbitrário que os tais inquéritos das milícias digitais e das fake news assumiram, em prejuízo dos princípios democráticos mais comezinhos. Nesse sentido, talvez o problema maior nem seja a elástica compreensão do sr. Moraes sobre seu papel como ministro do STF, mas a obsequiosa cumplicidade de seus pares diante de suas decisões cada vez mais extravagantes.

Ameaçar descumprir ordem judicial, convenhamos, não é crime, razão pela qual não se justifica a abertura de um inquérito nem no Brasil nem em nenhum outro país civilizado. Se e quando Musk vier a descumprir uma decisão exarada por qualquer magistrado do País, que sobre ele recaiam as consequências de sua insubordinação, mas não antes.

É preciso muito esforço interpretativo para compreender onde estaria, afinal, a "dolosa instrumentalização criminosa" do X, como sustenta Moraes em seu despacho ordenando a abertura do inquérito contra Musk. O empresário teceu críticas a decisões que Moraes, de fato, tem tomado – e não de hoje – ao

arrepio das garantias individuais e direitos fundamentais assegurados pela Constituição que ele tem por dever defender. Este jornal não se furtou a fazer algumas dessas mesmas críticas, e nem por isso se esteve diante de uma "dolosa instrumentalização criminosa" da liberdade de opinião.

Não ter a compreensão de que nem tudo é um ataque ao Estado Democrático de Direito só reforça o ânimo liberticida dos verdadeiros inimigos da democracia – que, não por acaso, têm se apresentado maliciosamente ao País e ao mundo como "perseguidos" pela Justiça.

Quanto mais o Supremo comete exageros, mais suas decisões terão a legitimidade questionada pelos cidadãos, o que é meio caminho andado para a desmoralização do Judiciário, algo que obviamente só interessa aos extremistas dedicados à destruição do Estado Democrático de Direito.

Como bem disse recentemente o presidente do STF, Luís Roberto Barroso, a Corte precisa ser "menos proeminente". Seria ótimo se isso ocorresse. Mas é difícil imaginar um Supremo menos "proeminente" enquanto seus ministros procurarem holofotes, anteciparem votos em entrevistas, participarem de colóquios políticos ou usarem a força de sua caneta para intimidar quem ousa criticá-los.

Deve-se reconhecer que o STF foi determinante para resguardar a democracia perante o golpismo bolsonarista. Mas isso não pode servir de justificativa para o arbítrio. A democracia só será bem defendida se a Constituição for plenamente respeitada por aqueles a quem cabe justamente salvaguardá-la. ●

Sinal verde para a economia verde

Como mostra série de reportagens do 'Estado', Brasil tem tudo para avançar nesta rota, mas precisa de arcabouços regulatórios, infraestrutura, força de trabalho e ambiente de negócios

O Brasil tem uma oportunidade única de compatibilizar os dois elementos-chave do desenvolvimento sustentável: preservação ambiental e prosperidade socioeconômica. Segundo reportagem do *Estado*, a mola propulsora da descarbonização da economia global – a transição das tecnologias energéticas baseadas em combustíveis fósseis para as renováveis – dá ao País a chance de criar 6,4 milhões de empregos (14,6% das vagas com carteira assinada hoje) e aumentar o PIB em US\$ 100 bilhões (4,7% do valor atual).

A reportagem que mapeia oportunidades de transição energética inaugura a série *Economia Verde*. Serão seis capítulos semanais até maio, explorando iniciativas com potencial de colocar o

Brasil na dianteira da nova economia global, do hidrogênio verde a práticas sustentáveis do agronegócio; do mercado de carbono até a revolução nos meios de transporte e oportunidades de mineração sustentável.

O País tem ativos ambientais únicos: a maior floresta tropical do mundo, 20% da biodiversidade e 12% das reservas de água doce. O Brasil é um dos países que teriam menos dificuldades e custos para zerar suas emissões de carbono até 2050. Ao contrário de outras nações, no Brasil o principal responsável pelas emissões é o desmatamento. O País já possui uma legislação florestal de ponta e basta aplicá-la para eliminar esse entrave. O Brasil supre pelo menos 10% da demanda mundial de alimentos e pode produzir muito mais sem derrubar florestas: a

produtividade do agro segue aumentando e há mais de 80 milhões de hectares de terras degradadas convertíveis à agricultura.

A propósito da energia, o Brasil tem áreas de dimensões continentais abundantemente servidas por água, vento, luz solar, biomassa e metais cruciais para a transição energética, como lítio, cobre e níquel. O País tem condições materiais de se tornar um exportador de hidrogênio verde e aproveitar a expertise com o etanol para explorar matérias-primas como macaúba e soja para exportar biocombustíveis.

Enquanto boa parte do mundo precisa trocar o carvão por fontes limpas, o Brasil já tem 48% de sua matriz energética ligada a fontes renováveis, sobretudo hídricas, enquanto a média mundial é de 15%. No mundo, o setor de energia responde por 70% das emissões de gases de efeito estufa. No Brasil, são 17%.

Na hipótese de zerar suas emissões até 2050, estima-se que os investimentos em energia limpa no País possam gerar 3,8 milhões de empregos e US\$ 34 bilhões a mais no PIB. Mas, mais do que zerar, o Brasil tem condições de ter emissões negativas e vender créditos de carbono. Nesse cenário otimizado, as projeções sobem para 6,4 milhões e US\$ 100 bilhões.

Como disse ao *Estado* o CEO da Bosch na América Latina, Gastón Díaz Perez: "Há várias opções para a descar-

bonização. Cada uma delas é uma carta. Muitos países tem uma só carta. O Brasil tem o baralho completo". Mas esse jogo está longe de estar ganho. As matérias-primas estão à mão, mas só serão aproveitadas com políticas públicas que garantam bons arcabouços regulatórios, infraestrutura, incentivos à pesquisa e desenvolvimento, qualificação da força de trabalho e um ambiente de negócios atrativo.

Um exemplo de uma área que precisa ser saneada é a sedimentação de subsídios onerosos e injustificáveis para a indústria energética (a de renováveis, mas, sobretudo, de fósseis) que pesam sobre o custo da energia para o consumidor. E há falsos dilemas no debate público que precisam ser desmoralizados, como explorar ou não novas reservas de petróleo. A aposentadoria dos fósseis não será disruptiva, mas gradual, e não se fará pela redução da oferta, e sim da demanda, tão logo haja fontes alternativas baratas e eficientes. As receitas do petróleo podem ser canalizadas para financiar essas alternativas e outras atividades compatíveis com o desenvolvimento sustentável, tanto na área ambiental quanto na social.

No caso dos ativos ambientais do Brasil, o lugar comum do "berço esplêndido" é real. O desafio é utilizar esse potencial para superar outro lugar comum, também real até demais, o do "gigante adormecido". ●